



Universidade de Lisboa tem melhor centro de pesquisa de Portugal

O Centro de Investigação Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (CIDP), dirigido pelo professor catedrático Carlos Blanco de Moraes, foi classificado com a nota "Excelente" na avaliação internacional dos centros de pesquisa portugueses realizado pela Fundação de Ciência e Tecnologia de Portugal.

Com a nota, o CIDP, que havia sido classificado com "Muito Bom", em 2014, ficou em primeiro lugar e é a única unidade de pesquisa com essa classificação entre todos os centros de investigação nacionais na área jurídica.

Quanto aos restantes centros de pesquisa, as unidades de investigação das Faculdades de Direito das Universidades Nova e Católica obtiveram a classificação de "Muito Bom" e a de Coimbra "Bom", nota que foi replicada por outros dois centros de investigação da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Na Prática

O CIDP estabeleceu parcerias importantes com faculdades de universidades estrangeiras de referência, como S. Diego, Bolonha, o Instituto de Direito Público (IDP) de Brasília, a Universidade de São Paulo (USP) e integrou projetos de pesquisa com relevantes instituições investigatórias internacionais. Com a Fundação Getúlio Vargas lançou, por exemplo, o projeto *Governance 4.0*, juntamente com o IDP e professores da USP.

O ministro Gilmar Ferreira Mendes, do Supremo Tribunal Federal, e fundador do IDP de Brasília é o presidente da Comissão de Acompanhamento do Centro, composta pelos professores Lucio Pegoraro, de Bolonha, Balaguer Callejón, de Granada, Rainer Arnold, de Regensburg, e Pedro Pita Barros, da Universidade Nova de Lisboa na área de economia e Gestão.

Com um vasto corpo de jovens investigadores, o Centro de Investigação de Direito Público conta, nos seus órgãos de governação, com Tiago Fidalgo de Freitas, como coordenador executivo, e com o professor Sérvulo Correia, presidente do Conselho Científico e diretor da revista eletrônica *E-Pública*.

Integram ainda, no corpo de investigadores, dois juízes do Tribunal Constitucional e os constitucionalistas Miguel Nogueira de Brito, Pereira Coutinho e Reis Novais. Professores brasileiros da USP, como Elival Ramos, ex-procurador-geral do estado de São Paulo; Levi do Amaral, procurador-geral da Fazenda Nacional e Carlos Horbach, ministro do Tribunal Superior Eleitoral, são investigadores associados.

Date Created

01/07/2019